

A ETNOGRAFIA COMO METODOLOGIA DE ANÁLISE DA POLÍTICA: DILEMAS E PERSPECTIVAS DO TRABALHO DE CAMPO

Bergson Morais Vieira ¹

Resumo: Nas ciências sociais, há uma atenção renovada à etnografia política, um método de pesquisa que se baseia em fechar-se a observação em tempo real dos atores envolvidos nos processos políticos, às vezes até mesmo ampliar a definição desses processos indo além das categorias de Estado, da sociedade civil e movimentos sociais. Este artigo analisa as contribuições que o método etnográfico trouxe para análise do fenômeno político. Para dar conta dessa proposta, o presente texto desenvolve uma discussão a partir de uma perspectiva sócio-antropológica em que a política passa a ser vista como um fenômeno relacional capaz de se manifestar em diferentes espaços (formal e informal). É possível dizer que a etnografia nas análises do fenômeno político permite responder a uma série de perguntas simplesmente não acessíveis por outros meios, seria como olhar o fenômeno de perto, dentro de um prisma microscópico capaz de perceber o fenômeno no momento em que acontece e nos espaços em que ocorre.

Palavras-chave: Etnografia; Política; Sociologia da Política; Olhar microscópico.

INTRODUÇÃO

As ciências sociais tem por natureza o desafio de lidar com objetos relacionados a pessoas e às suas práticas, tal como descreveu em seu texto Bourdieu, Chamboredon e Passeron² “a maldição das ciências do homem é ter como assunto um objeto que fala”³, isso significa que, enquanto pesquisadores, devemos lidar constantemente com um repertório cada vez mais variado de métodos de apreensão de dados que sejam capazes de ir além da fala do indivíduo, com destaque para as técnicas como pesquisa histórica e bibliográfica, entrevista, aplicação de questionários, observação participante, entre outras. Todavia, apesar de imprescindíveis para o ofício do pesquisador, é preciso muito mais do que a aplicação de procedimentos metodológicos já consagrados para obtermos não somente as informações suficientes para uma boa análise científica, como também ultrapassar os

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestre em Sociologia pela mesma universidade e licenciado em História pela Faculdade União das Américas (2009).

² BOURDIEU, P.; Chamboredon, J. C. e Passeron, J. C. **Le métier de sociologue**. Paris: Mouton, 1968.

³ Cf. Bourdieu, Chamboredon e Passeron, op. Cit, p. 64.

limites encontrados pelos estudos “tradicionais” e pautados em uma agenda disciplinar.

Se o proveito das divisões disciplinares entre as ciências sociais pode ser questionado de um modo geral, não há dúvidas de que no Brasil os estudos acerca da política tem sido especialmente pouco beneficiada pela imposição de fronteiras temáticas, esquemas teóricos e abordagens metodológicas canonizadas. Esse ponto de partida permite, por sua vez, uma série de descentramentos na construção de objetos e no desenvolvimento de enfoques e métodos de apreensão da chamada realidade social e política. É nessa direção que o presente texto se insere, buscando defender o método etnográfico enquanto uma possibilidade de ultrapassar as fronteiras disciplinares, permitindo ao pesquisador a apreensão do fenômeno político em suas diferentes formas de se manifestar. Ou seja, o que se propõe aqui é um estudo acerca das contribuições advindas dos usos metodológicos da etnografia para a análise do fenômeno político. Para dar conta disso, o presente texto desenvolve uma discussão a partir de uma perspectiva sócio-antropológica em que a política passa a ser vista como um fenômeno relacional capaz de se manifestar em diferentes espaços (formal e informal).

89

Em relação a isso, é oportuno dizer que o método etnográfico não se resume a uma “técnica qualitativa” de pesquisa. Segundo Oliveira (2013a)⁴, o tipo de reflexão que esse método nos desafia a incorporar na prática de pesquisa sobre a política vai muito além de um simples questionamento metodológico sobre as dificuldades de aplicação de determinadas técnicas e, até mesmo, sobre as condições de acesso a certos terrenos de investigação. O autor aponta ainda que, “não estamos diante de uma simples técnica qualitativa, dentro da divisão entre qualitativo e quantitativo, que, infelizmente, ainda vigora nas ciências sociais”⁵, mas a “revolução do olhar” que a etnografia nos desafia a colocar em prática no âmbito da pesquisa exige que transformações consideráveis sejam realizadas simultaneamente na forma de definição do objeto e nos procedimentos adotados para se ter acesso ao mesmo. As implicações dessa constatação podem ser observadas “em prática pressupostos epistemológicos, teóricos e metodológicos que tenham na ‘reflexividade’ um dos

⁴ OLIVEIRA, Wilson José F. de. **Antropologia, Política e Etnografia: entre fronteiras disciplinares e problemas empíricos** (no prelo). In: PERISSINOTTO, R. M., CODATO, A. Metodologia do Estudo de Elites, 2013a.

⁵ Cf. Oliveira, op. Cit, p. 2.

princípios norteadores de todo o processo de investigação”⁶. Em seus termos, Magnani (2009) define a etnografia da seguinte maneira:

Assim, com base nas observações desses autores e de muitos outros antropólogos que sempre refletiram sobre seu trabalho de campo, é possível postular, de uma maneira sintética, que a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente. Esse é um *insight*, uma forma de aproximação própria da abordagem etnográfica que produz um conhecimento diferente do obtido por intermédio da aplicação de outros métodos. Trata-se de um empreendimento que supõe um determinado tipo de investimento, um trabalho paciente e contínuo ao cabo do qual e em algum momento, como mostrou Lévi-Strauss, os fragmentos se ordenam, perfazendo um significado até mesmo inesperado (MAGNANI, 2009, p. 135 – *grifos do autor*).

Seria de esperar que este modo de investigação fosse um dos instrumentos preferidos entre aqueles para quem o estudo da política é a sua profissão, ou seja, cientistas políticos e sociólogos políticos. Afinal de contas, a etnografia está preparada para olhar microscopicamente as fundações das instituições políticas e seus conjuntos de práticas, assim como é ideal para explicar por que os atores políticos se comportam da forma como o fazer e para identificar as causas, os processos e os resultados que são parte integrante da vida política. Ainda assim, um exame mais atento revela que a etnografia está longe de ser o modo preferido de análise entre os cientistas políticos e sociólogos políticos, para quem pesquisas, dados secundários (geralmente extraídos de jornais), modelagem formal, e abordagens estatísticas constituem as ferramentas metodológicas padrão (AUYERO, 2006). Em outras palavras, o ritmo da ação política, a textura da vida política, e a situação dos atores políticos foram todos lançados nas sombras criadas pela desnecessário e prejudicial dependência de métodos quantitativos em ambas ciência política e sociologia política.

Na verdade, é justo dizer que tanto a rotina (partido, sindicato, ONG) e contenciosa (movimento social e outras formas de ação coletiva) política estão longe de ser o topo da agenda da etnografia contemporânea. Contudo, apesar dessa constatação negativa em relação aos usos da etnografia nas pesquisas políticas, alguns autores tem apontado para um “renascimento” da pesquisa etnográfica na

⁶ Cf. Id, *ibid.*, p. 2.

sociologia contemporânea tanto no Brasil (OLIVEIRA, 2010; 2013a; 2013b; PEIRANO, 1995), quanto no exterior (BAIOCCHI e CONNOR, 2008; PECHÚ, 2007; AUYERO, 2006; FRETTEL, 2011), como resultado desse revigoramento temático passamos a observar a criação de novas revistas especializadas, novas iniciativas de pesquisa e arranjos metodológicos que inserem a etnografia como principal forma de coleta de dados. Enfim, a lista de atividades e assuntos sobre os quais a etnografia tem centrado a sua atenção nos últimos anos é praticamente inesgotável.

Tomando essas primeiras informações como dado, bem como as questões levantadas anteriormente acerca da necessidade de ultrapassar as limitações dos métodos tidos como canônicos na sociologia, entendemos que é chagado a hora de a política tomar o centro das atenções dos trabalhos etnográficos. Baseado nos argumentos de Peirano (1997), que define a categoria política como essencialmente etnográfica, na medida em que, para a autora, não dá para estudarmos o fenômeno político em nenhum contexto sem o recurso ao conhecimento da visão do grupo estudado, o texto ora apresentado se justifica na medida em que defende a etnografia enquanto principal método de coleta de dados do fenômeno político.

91

A ETNOGRAFIA FRENTE AOS DILEMAS DOS ESTUDOS EM SOCIEDADES COMPLEXAS

Na busca de uma pista para pensar a especificidade da etnografia nos estudos que é proposto no presente texto, podemos começar com uma citação de Lévi-Strauss (1991), retirada do texto *Lugar da antropologia nas ciências sociais e problemas colocados por seu ensino*, em que o autor afirma que:

É por uma razão muito profunda, que se prende à própria natureza da disciplina e ao caráter distintivo de seu objeto, que o antropólogo necessita da experiência do campo. Para ele, ela não é nem um objetivo de sua profissão, nem um remate de sua cultura, nem uma aprendizagem técnica. Representa um momento crucial de sua educação, antes do qual ele poderá possuir conhecimentos descontínuos que jamais formarão um todo, e após o qual, somente, estes conhecimentos se “prenderão” num conjunto orgânico e adquirirão um sentido que lhes faltava anteriormente (LÉVI-STRAUSS, 1991, p. 415-416).

De Maus à Lévi-Strauss muito se questionou acerca do lugar da antropologia frente às outras ciências do social, para Latour (2012), os antropólogos não preocupados em imitar as ciências naturais, foram mais felizes e permitiram que seus

vol.2 n.14 (2016)

atores criassem um mundo bem mais rico, na medida em que conseguiram dar espaço aos membros da sociedade contemporânea para definirem a si próprios, tal como é feito pelos etnógrafos.

Ao que parece, os debates que reivindicavam um lugar de prestígio para a antropologia, frente às outras ciências do social, não parece mais necessária, na medida em que essa disciplina ganhou a devida reverência em estudos de diferentes vertentes (MAGNANI, 2009). Apesar disso, percebe-se que outros questionamentos entraram em voga, é o caso da discussão acerca das contribuições da etnografia nos estudos das sociedades contemporâneas. Ainda que pareça, num primeiro momento, um questionamento ingênuo, encontramos uma fundamentação bastante relevante, uma vez que, baseado no fato de que a etnografia surgiu junto com a antropologia e com suas pesquisas de campo entre povos que viviam de forma “primitiva” para proporcionar um confronto entre o conhecimento acadêmico e o dos nativos, por muito tempo a etnografia foi vista como uma área de estudo “do outro”, em que pesquisador e pesquisado estavam em condições assimétricas de compreensão das atividades realizadas.

92

Essa visão perpassou vários trabalhos, inclusive, de pesquisadores mais atentos, é o caso do texto de Pierre Bourdieu *Coisas Ditas*⁷, em que o autor propõe uma ruptura com o método etnográfico na medida em que este não lhe serviria para analisar a “moderna” sociedade francesa. Seria como se estivesse justificando uma ruptura entre o primeiro Bourdieu da *Sociedade de Cabila* e esse segundo, disposto a estudar as relações do mundo da moda, sobre a educação, as relações de poder presentes na sociedade francesa etc. em suas palavras, “e em seguida foi preciso, acho, sair da etnologia como mundo social, tornando-me sociólogo, para que certos questionamentos impensáveis se tornassem possíveis⁸”.

Esse receio em utilizar o método etnográfico quando se trata de um objeto familiar ao pesquisador também pode ser visto no texto de Ginsburg (1992) *Quand les indigènes sont nos voisins*⁹, em que o autor descreve os problemas epistemológicos enfrentados pelos etnólogos quando o objeto se situa historicamente e culturalmente próximo ao observador, isto é, dentro de sua própria sociedade. Para o autor, a

⁷ BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas** / Pierre Bourdieu; tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero - São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁸ Cf. Bourdieu, op. Cit, p. 20.

⁹ Em uma livre tradução essa frase significa “quando os nativos são nossos vizinhos”.

adoção do ponto de “ponto de vista nativo” pode trazer uma perda de credibilidade dos resultados da pesquisa, sobretudo quando se refere a um conflito social e político em que o observador está “apaixonadamente comprometidos”. Nesse caso, o autor chama atenção para um questionamento presente nas ciências sociais desde sua fundação, que é a neutralidade axiológica (Comte) e a vigilância epistemológica (Durkheim) do pesquisador. Em suas palavras:

[...] quando eu apresentei o meu trabalho sobre ativistas de base do movimento de direito à vida nos Estados Unidos e eu expliquei o ponto de vista daqueles "nativos" frequentemente eu era perguntado se eu tinha certeza de não ter se tornado um deles. Isto é, o que eu chamo de um "caso de confusão de identidade." Ao contrário do *Nuer*, aborígenes australianos ou muitas subculturas americanas, as pessoas que estudei são considerados pela maioria dos meus colegas como seus inimigos. Quando eu tentei, como é o dever de todo etnógrafo, tornar a posição de direito à vida compreensível, mesmo tão convincente quanto isso é para aqueles que aderem a ele, a minha "objetividade" ou as minhas conclusões foram feitas envolvidos: não posso ter "feito meus próprios pontos de vista nativo"? Neste caso, os meus colegas (que são a maioria em favor do direito ao aborto, isto é, pro-escolha, como sou eu) significou para mim que, mesmo se minha abordagem permitisse compreender a posição do direito à vida, iria diminuir a credibilidade de minha análise etnográfica. (GINSBURG, 1992, p. 130 – *livre tradução*).

93

Mais adiante o autor passa a levantar a questão “como, então moldar a interpretação da investigação quando submetido a um público que normalmente está diretamente envolvido nas questões estudadas?”¹⁰, o que parece ser a questão-chave desenvolvida pelo autor e que perpassa todo o texto no sentido de defender o método etnográfico mesmo em se tratando de sociedade complexas e relativamente próximas ao pesquisador. Para o autor, a observação participante que é a prática do etnólogo *vis-à-vis* a qualquer outro objeto (seja esse familiar ou não), é crucial para a investigação etnológica sob sua forma convencional ou menos rígida (como veremos mais adiante), momento em que cita o talento de Malinowski para capturar os pontos de vista do nativo.

Usar um olhar etnográfico para estudar um modelo político diferente do praticado e familiar ao pesquisador e, acima de tudo, numa localidade distinta pode ser menos complexo, já que é mais fácil estranhar práticas com as quais não estamos acostumados. Isto é, quando nos propomos estudar a nós mesmos, ou melhor, a nossa sociedade, os esforços são maiores. Essa dificuldade pode ser observada no

¹⁰ Cf. Ginsburg, op. Cit, p.130 – *livre tradução*.

texto de Latour (1994), o qual ao tratar do conceito de modernidade, fala que os antropólogos ocidentais (ou “modernos”) facilmente analisam as culturas “pré-modernas” (portanto, diferentes da cultura ocidental) juntando o político, o cultural, o religioso, etc., mas que esses mesmos antropólogos são incapazes de entender o seu próprio mundo desta mesma forma. Ou seja, através dessa constatação o autor chama atenção para a dificuldade que os europeus ocidentais têm de estudar a si próprios sem naturalizarem muitas de suas práticas, dificuldade esta que se estende para todos os pesquisadores que se empenham em estudar sua própria sociedade.

Apesar de um conjunto de ressalvas e questionamento quanto a objetividade dos estudos etnográficos quando o objeto é familiar ao pesquisador, a posição negativa acerca do uso da etnografia para analisar sociedades complexas não é unânime nos estudos das ciências sociais, tal como é descrito por Oliveira (2013a), nos últimos anos, a palavra “etnografia” tornou-se uma espécie de moda corrente no universo acadêmico mundo afora, em que todos, cientistas políticos, sociólogos e, sobretudo, antropólogos passaram a utilizar termos como “pesquisa etnográfica”, “dados etnográficos”, “etnografia” etc. para designar seus trabalhos. De modo que o uso da pesquisa etnográfica em diferentes meios são evocações de que estamos em um outro momento, em que a antropologia também começou a desfrutar de um súbito prestígio (MAGNANI, 2009).

Em consonância com essa constatação, Peirano (1992) aponta que nos últimos anos o método etnográfico teve suas fronteiras alargadas e foi “domesticado” e incorporado como “visão” antropológica, isto é, próxima ao fenômeno. Em outros termos, hoje podemos observar em diversos trabalhos que lidam com diferentes temáticas e que fazem uso do que podemos chamar de “nova etnografia”, uma posição menos rígida da utilização do “olhar etnográfico” sobre o universo de investigação durante todo o processo de pesquisa, desde a coleta de dados até a análise final. Essa virada paradigmática somada a esse modelo de *savoir-faire* etnográfico rompe com a ideia de compreensão do outro e passa a lidar também com questões típicas da sociedade contemporânea.

De fato, é possível dizer que o *savoir-faire* etnográfico passou a se configurar como um importante instrumento de análise e de coleta de dados, de modo que sua apropriação passou a ser utilizada como uma técnica capaz de superar alguns dilemas que têm se tornado caros para as ciências sociais, sobretudo aqueles relacionados

aos caminhos a serem percorridos para a “construção” do objeto, e que foi capaz de romper, em alguma medida, com o olhar político e *enviesado* sobre o fenômeno social, tal como dito por Latour (2012). Nesse interim, o texto de Pechú (2007) nos permite pensar nas formas possíveis de superar dicotomias do tipo teoria/empíria, agência/estrutura bem como das discussões em torno da natureza da ação e o embate entre micro e macrosociologia, na medida em que sugere que o método etnográfico permite ao pesquisador uma possibilidade de “deixar o objeto falar”, isto é, tomando como ponto de partida o questionamento de que a abordagem científica (construção teórica do objeto, hipóteses, verificação) não pode ser pré-requisito *a priori* para a construção de um determinado objeto e que, “deixar o objeto falar” tem a ver com a condição imposta pela análise etnográfica que permite olhar o objeto microscopicamente percebendo as interações através de um olhar próximo e longe de pressupostos teóricos, a autora passa a questionar os usos de modelos teóricos elaborados a partir de realidades empíricas diferentes daquelas que os pesquisadores se propõe a analisar. Para a mesma, em casos desse tipo as teorias não ajudam e passam a funcionar como “camisas de força” que enrijecem a realidade empírica ao buscar adaptar quase que automaticamente a realidade social à modelos teóricos existentes.

Alguns autores têm se preocupado com o papel que a teoria ocupa na “construção” de pesquisas desenvolvidas em lugares diferentes daqueles em que foram pensadas. É o caso do texto de Oliveira (2013b), em que argumenta acerca dos movimentos sociais e demonstra que, tanto no Brasil quanto na América Latina, a produção acadêmica tem se caracterizado por posturas teóricas e metodológicas *híbridas*: baseada em uma grande quantidade de estudos empíricos e descritivos que foram incorporados a orientações teóricas e metodológicas importadas da Europa, de modo que os pesquisadores passam a fazer uso do que o autor chama de “incorporação de categorias que formam a base do debate europeu no paradigma norte-americano”. Contudo, o autor aponta que essa postura *híbrida* tem servido para superar o que seria o principal desafio dos estudos sobre movimentos sociais no Brasil, que seria a incorporação e utilização de problemáticas, teorias e conceitos de vertentes dominantes para compreender a realidade local. Ainda segundo o autor, a ausência de uma atitude reflexiva em relação ao próprio universo de pesquisa tem

sido considerado um dos principais fatores que têm contribuído para que a análise seja substituída pelo “*slogan*” e a “ausência de teoria, de análise teórica da realidade”.

Em outro lugar, Oliveira (2010) estabelece um debate acerca da “reflexividade” tão familiar aos etnólogos e seu papel no questionamento da realidade estudada, confrontando a realidade empírica com as teorias e conceitos subjacentes. Em suas palavras:

Falar em “reflexividade” remete necessariamente à ideia, geralmente deixada de lado, de “auto-reflexividade”: o controle das pré-noções comuns e eruditas que nos conduzem ao objeto e que, muitas vezes, “falam por nós” durante a pesquisa; (...) Em que medida nós estamos tão impregnados de “pré-definições” comuns ou mesmo científicas sobre nosso objeto que não o deixamos falar e mostrar o que ele é e onde se encontra? De que forma o controle dessas “pulsões” (sociais e intelectuais) nos conduz a uma apreensão mais condizente com a realidade em investigação? (...) Por que certas informações não estão ali onde deveriam estar? Quais as perguntas, dúvidas, tensões, conflitos, etc., que surgiram no próprio processo de levantamento dos dados pertinentes (fichas, documentos, entrevistas, etc.)? Em que medida essas questões que vêm à tona durante o processo de pesquisa já nos diz algo sobre o modo de configuração da própria realidade social a ser investigada? (OLIVEIRA, 2010, p.126-127).

96

Como dito, a “flexividade” se configura como um dos princípios norteadores de todo o processo de investigação etnográfica e permite superar, tanto as dicotomias apresentadas anteriormente quanto as fronteiras disciplinares tão presentes nas ciências sociais.

A incorporação de estudos etnográficos nas análises de sociedades contemporâneas se deve, em grande medida, as influências de uma linhagem de antropólogos tidos como pós-modernos sobre novas formas de “flexividade”, o que nos permite pensar na questão levantada no início desse subtítulo acerca das contribuições da etnografia nos estudos das sociedades contemporâneas. Para esses pesquisadores, apesar da ruptura com o modelo antropológico anterior não ser total, foi suficiente para que o objeto de estudos deixasse de ser, exclusivamente, a cultura do outro, mais a etnografia e as diferentes formas de conceber os dados (JORDÃO, 2004). Autores como Geertz (1989; 1997) acreditam que é possível conhecer e interpretar outras culturas, produzindo traduções de outros modos de vida para a nossa própria linguagem, do mesmo modo que também é possível, ao contrário da separação entre a autoridade da ciência como conhecimento ocidental e a autoria do

texto etnográfico, produzir textos etnográficos para interpretar também sociedades mais complexas.

Os textos de Latour (1994; 2004; 2012) também são bons exemplos de como se fazer pesquisa etnográfica em sociedades democráticas e “modernas”. Para esse pesquisador, um trabalho etnográfico, deve ter como princípio o fim da assimetria entre pesquisador/pesquisado, posicionamento segundo o qual os atores têm as mesmas possibilidades de produzir interferência e mediação, ou seja, não são hierarquizáveis (humanos mais importantes que não-humanos, ou ator e pesquisador etc.). Para tanto deveríamos, enquanto pesquisadores, transformar os indivíduos em atores sociais, que no fundo significa considerar a existência de um indivíduo autônomo, capaz de cálculo e de manipulação e que não apenas se adapta, mas inventa, em função das circunstâncias e dos movimentos dos seus parceiros, um indivíduo capaz de compreender suas ações e se posicionar como informante em relação as mesmas¹¹. Certamente por isso, o autor se preocupa a todo instante em seus textos com o lugar que os atores sociais ocupam, tanto para a formação dos grupos quanto na construção dos trabalhos sociológicos.

97

ETNOGRAFIA POLÍTICA E O ENCONTRO COM A POLÍTICA FORMAL E INFORMAL

Inúmeras são as vertentes possível de introduzir a etnografia nos estudos do fenômeno político. Segundo Baiocchi e Connor (2008), a etnografia política tem se dedicado especialmente à três temáticas específicas: a primeira delas dedica-se mais particularmente ao estudo dos atores políticos (movimentos sociais, associações de bairro e outras expressões da sociedade civil), de um modo geral, os etnógrafos que se dedicam a essa vertente estão preocupados em compreender como os atores fazem dessas associações, em que os pesquisadores questionam sobre o significado das associações para os atores nela envolvidos; uma segunda vertente têm se dedicado a um tipo de política que podemos definir como informal, centrando-se na experiência vivida pelo político e seu cotidiano, de modo que os estudos etnográficos passam a demonstrar que alguns aspectos aparentemente mundanos da vida

¹¹ DUBAR, Claude. **Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo**. Artigo apresentado no Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia, em fevereiro de 2004.

cotidiana (por exemplo, eventos esportivos, rituais religiosos, a vida em comunidade, ou mesmo um velório) tornam-se enraizados na política do Estado ou nação. Aqui, pelo menos nessa tipologia, as burocracias estatais, movimentos sociais, organizações não-governamentais não são necessariamente encontrados; já numa terceira vertente que podemos chamar de política formal, tem se concentrado em análises acerca dos meandros que envolvem a vida nas instituições políticas formais, muitas vezes com foco em encontros com o Estado. Para os estudiosos dessa vertente, “a política não é considerada apenas como uma força repressiva, mas como um processo onde os sujeitos interagem com várias instituições políticas, sites e atores, a partir do qual o sujeito pode desejar, e ser disciplinado, ser um cidadão produtivo”¹².

Essas três vertentes identificadas pelos autores acima não são, necessariamente, antagônicas, contrário disso todas essas convergem no sentido de demonstrar o quanto o uso da etnografia nas análises do fenômeno político permite responder a uma série de perguntas simplesmente não acessíveis por outros meios, dentro de um prisma microscópico em que seria possível perceber as interações dos agentes políticos enquanto elas acontecem. A questão, portanto, é saber em que medida é possível conjugar essas diferentes vertentes do estudo da política e seus principais protagonistas a partir de um exame etnográfico?

Creio que para responder essa questão seja oportuno evocar o texto de Landé (1977)¹³, o qual nos ajuda a pensar na política enquanto um fenômeno que se manifesta tanto no espaço formal quanto informal e, além disso, permite perceber como esses dois espaços que, parecem num primeiro olhar antagônicos, acabam se configurando como sendo resultado de uma interferência constante de um sobre o outro. Para o autor, um primeiro modelo denominado política de grupo, estabelece-se as fidelidades que unem o indivíduo a grupos maiores aos quais ele pretende que sejam fortes e estáveis, de modo que os interesses coletivos de cada grupo tenham preferência sobre os interesses pessoais de seu líder e que, “embora um líder assim possa exercer considerável autoridade em nome e no interesse do grupo, sua posição como funcionário público continue dependendo da confiança do grupo de que é um

¹² Cf. Baiocchi e Connor, op. Cit, p. 146 – *livre tradução*.

¹³ LANDÉ, C. H. Política de Grupo e Política Diádica: notas para uma teoria. In: SCHMIDT, S. W. et al (eds) **Friends, Followers and Factions**. Berkeley, University, 1977.

servo fiel e eficaz destes interesses”¹⁴, vale destacar que esses grupos podem ser categoriais (como no caso dado) e também primários (mais comuns aos antropólogos, podem se manifestar em famílias, clãs e em castas), e que ambos podem se transformar em associações formalmente organizadas a fim de aumentar sua eficácia política; enquanto o segundo modelo é marcado por uma unidade estrutural que não é o grupo, mas a díade que seria, segundo o autor, menos familiar aos leitores ocidentais do que o modelo anterior, na medida em que essa relação política só pode se originar de laços primários a partir do auxílio mútuo entre duas pessoas (o autor cita a familiaridade dos Filipinos com esse modelo de política), se for estabelecida através de laços primários (por exemplo, por dois parentes próximos) a “escolha entre os parceiros diádicos pode envolver pouca cautela”¹⁵, e onde não existe laços primários o indivíduo possui relativa liberdade de escolha. Apesar desse segundo modelo ser menos comum nas sociedades modernas, o autor aponta que é possível encontrar em sistemas políticos modernos “estruturas diádicas misturadas em vários níveis com elementos de uma estrutura de grupo”¹⁶.

Debater esse texto de Landé é fundamental para compreendermos a política e suas diferentes manifestações, na medida em que percebemos que, as instituições formais são baseadas grandemente no princípio do grupo: as instituições do governo estabelecidas pela Constituição e pela lei, ou são repartições que possuem grupos discretos, os partidos políticos são bons exemplos de grupos discretos, o mesmo acontece com inúmeras associações, contudo, apesar dessas instituições terem o caráter de grupo, em seu interior é possível observar relações diádicas que por vezes prejudicam a unidades das associações, organizações e mesmo partidos políticos.

O que estamos levantando aqui é que a etnográfica permite, sem prejuízo de perspectivas disciplinares, conjugar uma abordagem da política como objeto multifacetado, envolvendo diversos feixes de relação. Isso significa que, a partir da etnografia é possível entender o significado de política para o grupo estudado, de modo que, o pesquisador não apenas se depara com o significado arranjo do nativo mas, ao perceber esse significado e se conseguir descrevê-lo nos seus próprios termos, é capaz de apreender essa lógica e incorporá-la de acordo com os padrões

¹⁴ Cf. Landé, op. Cit, p. 4.

¹⁵ Cf. id, ibd., p. 5.

¹⁶ Cf. Landé, op. Cit, p. 8.

de seu próprio aparato intelectual e até mesmo de seu sistema de valores e percepção (MAGNANI, 2009).

O fato é que, diversos são os trabalhos que fazem uso da etnografia para compreender o fenômeno político, um bom exemplo disso é o texto de Fretel (2011), em que o autor demonstra que, para entender as instituições político-partidárias além de conhecer os pressupostos teóricos que apontam para uma relativa homogeneidade dos agentes que as compõem, é também de fundamental importância compreender os sentidos e significados de política para o grupo estudado. Além disso, o texto permite compreender a dinâmica partidária e como essa interfere na vida dos agentes envolvidos, transferindo para esses um conjunto de saberes e *habitus* de grupo foi de grande valia para que o autor pudesse realizar uma análise rica em detalhes.

Seguindo nessa linha de trabalhos construídos sob um olhar etnográfico voltados para a compreensão da política, é oportuno citar o texto de Palmeira (1996), no qual o autor trata do poder político local utilizando-se de dados referentes à alguns pequenos municípios no interior do Estado de Pernambuco. Nesse trabalho o autor teve que exercitar tanto os pressupostos teóricos próprios do pesquisador como também o princípio da estranheza comum aos etnógrafos, na medida que o autor havia nascido no interior do Estado de Alagoas, o que certamente o colocava diante de questões muito próximas as suas experiências de vida. No caso em tela é possível dizer que o posicionamento etnográfico muito contribuiu para análise do fenômeno proposto. O autor argumenta sobre as vantagens de estudar a política local através da noção de facção política, apesar disso, o autor demonstra que essa noção é insuficiente no tocante as explicações de como se desenvolve a dominação política e como os que são objeto dessa dominação interagem nesse processo. Portanto, é possível dizer que, a partir de um olhar etnográfico sobre a polarização da vida das localidades do interior entre “oposição” e “situação”, este autor percebe que esta é uma realidade correntemente aceita e vivida pelos membros dessas comunidades. Além disso, o autor ainda demonstra uma capacidade de apreender os significados que a população local dá a dimensão política, segundo o mesmo:

Política para essas populações não é uma atividade permanente e nem se constitui em um domínio delimitado de atividades. Política é identificada a eleições e, sintomaticamente, o período eleitoral é chamado de tempo da política, época da política ou simplesmente política. Não se trata de mera sinonímia e muito menos de expressões de criação desse ou daquele indivíduo. Está em jogo um

certo calendário, um certo recorte social do tempo, com implicações tão objetivas quanto aquelas que decorrem da delimitação do tempo do plantio e da safra, ou do tempo das festas e da Quaresma (PALMEIRA, 1996:42-43).

Ou seja, política para essas comunidades não é algo que se vive permanentemente, mas sim algo temporal e identificado com o período das eleições ou o “tempo da política”. Mas, como isso pôde ser identificado? Muitos dados tiveram que ser coletados e cruzados para que uma afirmação desse tipo pudesse ser feita, e foi aí que o posicionamento etnográfico fez a diferença, pois foi compartilhando com a visão de mundo dos “nativos” que Palmeira (1996) identificou tal relação.

Dentro dessa mesma linhagem de autores que conseguem incorporar o método etnográfico a pesquisas políticas, encontramos Letícia Câneo que em seu texto sobre *Ritos, símbolos e alegorias no exercício profissional da política*¹⁷, demonstra como o olhar etnográfico permite apreender dimensões pouco acessíveis por outros meios metodológicos. De forma empírica a autora acaba demonstrando algo anunciado anteriormente por Landé (1977), que é a relação entre política formal e informal, na medida em que demonstra as diferentes formas como a política se manifesta. No arranjo político descrito no texto é possível perceber as formas de funcionamento da política local em que as relações políticas são estabelecidas por meio de laços (sociais, familiares, amigos, políticos etc.), que se explicitam através das posições dos agentes envolvidos frente às facções e grupos dominantes. É oportuno destacar as formas como se manifestam a adesão a uma determinada facção, nesse sentido a autora destaca a importância das festas e mesmo dos velórios. Enquanto no primeiro caso é possível perceber a dívida da cidade para com os “fundadores” e o quanto esta dívida pode ser sanada ou amortizada durante as eleições por meio do voto; o segundo caso mostra a busca dos envolvidos pela herança política do morto. Ainda que diferentes, ambas exercem um tipo de função manifesta de coesão do grupo.

Os laços (sociais, familiares, amizade, político etc.) descritos acima, parecem ser um forte elemento de delegação do poder político. Nesse caso, chama atenção o fato de que, em se tratando da política local, o olhar etnográfico sobre o fenômeno demonstra que, em detrimento de modelos teóricos e sistemas políticos, a política por

¹⁷ CÂNEO, L. B. Ritos, símbolos e alegorias no exercício profissional da política. In: **O Sufrágio Universal e a Invenção Democrática**. São Paulo, estação e Liberdade, 2005. p.477-506
vol.2 n.14 (2016)

meio dos laços está muito atrelada a perpetuação do poder local. Além disso, ainda que esses laços se constituam como um importante recurso a ser usado durante o “tempo da política”, eles em sua unidade não são suficientes para garantir a permanência de certos grupos no poder, principalmente àqueles que não dispõem de poder simbólico e de coesão e/ou facção. É necessário, portanto, destacar a necessidade de uma rede de laços também externos ao contexto local que pode se caracterizar por meio da relação de “amizade” entre líderes locais e deputados estaduais e federais (BEZERRA, 2006). Ainda para Bezerra (2006), esses laços constituem um tipo de patrimônio muito importante a ser acionado.

Em todos os casos empíricos descritos acima, tanto o da pesquisa de Fretel (2011) quanto os estudos de Palmeira (1996), Cãnedo (2005) e Bezerra (2006), é possível observar como a dimensão etnográfica consegue avançar nos limites pelos quais os métodos canônicos da sociologia política conseguiu. E mais do que isso, é possível perceber como a política se manifesta de diferentes formas, trazendo sentidos diferentes aos atores sociais a depender de suas posições frente ao fenômeno estudado, por isso o argumento central dessa parte do texto converge no sentido de defender a ideia cuja qual se quisermos seguir a política, devemos fazê-lo onde ela se manifesta e em todas as circunstâncias.

Ainda sobre as pesquisas acima citadas, chama atenção, no caso do texto de Palmeira (1996), a forma como o trabalho etnográfico consegue romper com os pontos de vista dominantes, na medida em que o autor demonstra como a literatura vêm tratando a questão da política no interior como uma luta de facções, de modo que o autor demonstra que essa noção apesar de importante, não era suficientemente capaz de responder questionamentos mais simples a respeito dos sentidos que os atores dão a política.

Os sentidos dos atores são fundamentais para compreender como a política, de fato, funciona. Contudo, isso não significa dizer que o método etnográfico não descarta o uso de outros dados, contrário disso, como é bem frisado por alguns autores (OLIVEIRA, 2013a); GINSBURG, 2011; CEFAL, 2010), a etnografia tem fundamentado um conjunto de estudos que utilizam dados produzidos a partir de documentos, arquivos, entrevistas, questionários, estatísticas, etc., e não apenas aqueles que fazem da observação direta ou participante uma forma exclusiva de acesso ao objeto. Ou seja, na medida em que o pesquisador se cerca de informações

variadas e soma isso a seu olhar treinado ou etnográfico sobre um conjunto de informações aparentemente desconexas, esse pesquisador é capaz de chegar a uma análise mais contundente do objeto proposto.

Tal definição nos permite, por um lado, distinguir a imersão etnográfica do “trabalho de campo”, uma vez que isso implicaria que ele fosse feito a partir de uma “geral sensibilidade etnográfica” ao ponto de vista nativo e, como sabemos, nem sempre é o que ocorre. Por outro lado, evita também a redução da etnografia à “observação participante”, uma vez que enquanto um tipo de sensibilidade e imersão nas concepções, instituições e práticas nativas, ela pode ser feita com base em várias técnicas e não apenas na observação direta (OLIVEIRA, 2013a, p. 9).

No fundo, estamos argumentando ao longo desse trabalho algo próximo ao que é proposto por Latour (2012), quando este suscita duas reflexões importante acerca dos usos do método etnográfico e o que o autor chama de uma sociologia das associações (em detrimento de uma sociologia tradicional), a primeira reflexão diz respeito a algo que o autor pontua ao longo do trabalho que é a relação meios e fins, para o autor, na medida em que o pesquisador estabelece outros meios de pesquisar e de “construir” seu objeto chegará a outros fins senão aqueles já identificados e observados por outros pesquisadores; a segunda reflexão tem a ver com o caráter político das conclusões dos trabalhos, segundo o qual o autor evidencia o fato de há uma tendência natural entre os pesquisadores mais acomodados de desenvolver seus trabalhos reproduzindo considerações dominantes sobre o fenômeno pesquisado.

103

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Argumentamos ao longo do texto que o desafio das ciências sociais de lidar com um “objeto que fala”, e que os estudos relacionados ao fenômeno político pouco se beneficiou das divisões disciplinares presentes nas ciências sociais. Argumento este que serviu de ponto de partida para o texto que se propôs a defender a etnografia enquanto uma metodologia capaz de superar algumas das dificuldades presentes nos estudos que têm como objeto a política. Em outras palavras, o caminho pelo qual o texto percorreu permitiu defender a etnografia, não apenas como um método de atuação delimitado e cheio de regras, mas como uma forma de o pesquisador se posicionar diante do objeto e dos dados referentes ao campo empírico a que este diz respeito.

Com efeito, ao propor uma pesquisa social com base no fechar-se na observação do grupo de pessoas e instituições em tempo real e no espaço em que vivem, de modo que o pesquisador incorpora-se de perto do fenômeno (WACQUANT, 2003), permitiu uma compreensão maior de variáveis difíceis de serem acessadas por meio de métodos canônicos nas ciências sociais. Isto é, o que observamos ao longo do texto foi que, a etnografia política se mostrou uma área de estudos multidisciplinar, capaz de romper as fronteiras academicistas tão prejudiciais nos estudos acerca da política e seus principais protagonistas.

Sobre isso, me pareceu um bom procedimento analítico questionar o lugar da etnografia frente aos dilemas presentes na sociedade contemporânea, na medida em que isso permitiu romper com um problema epistemológico presente nos estudos etnográficos que o vincula à antropologia e o consagra como um método próprio do estudo “do outro”, em que pesquisador e pesquisado são colocados em condições assimétricas de compreensão das atividades realizadas. Notou-se também que mesmo pesquisadores mais preparados caíram nesse tipo de armadilha e reproduziram a ideia de que a etnografia não servia para a compreensão de sociedades mais complexas. Oportunamente demonstramos através da discussão do texto de Ginsburg (1992) que esse problema epistemológico tão comum aos etnólogos que pesquisam um objeto próximo à eles acabava trazendo a esses estudos uma relativa perda de credibilidade.

Apesar disso, na parte final do texto quando resolvemos fazer uma discussão acerca da política propriamente dita, ficou evidenciado as contribuições que o posicionamento etnográfico trás para os estudos da política. O grande “salto quântico” nesse momento foi dado a partir da problematização do texto de Landé (1977), o qual permitiu fazer uma boa discussão teórica e conceitual a respeito da política, demonstrando como está se manifesta de diferentes formas. Essa problematização foi verificada empiricamente a partir do debate feito com textos já consagrados na antropologia política nacional (PALMEIRA, 1996; CÂNEDO, 2005 e BEZERRA, 2006) e internacional (CEFAÏ, 2010; FRETEL, 2011), com os quais é possível observar como a dimensão etnográfica consegue avançar nos limites pelos quais os métodos canônicos da sociologia política conseguiu e, além disso, permite observar a política como ela se manifesta, tanto nas formas formais quanto informais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUYERO, Javier. Introductory **Note to Politics under the Microscope**: Special Issue on Political Ethnography, *Qual Sociol*, p. 257–259, 2006.
- BAIOCCHI, G; CONNOR, B.T. **The Ethnos in the Polis: Political ethnography as a mode of inquiry.Sociology**. *Compass* 2/1: 139–155, 2008.
- BEZERRA, M. O. **Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relumé- Dumará, 1999.
- _____. Caminho das Pedras. In: PALMERA, M & BARREIRA, C. **Política no Brasil: Visões de antropólogos**. Rio de Janeiro, Relume-dumará, p. 179-201, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas** / Pierre Bourdieu; tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero - São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, P.; Chamboredon, J. C. e Passeron, J. C. **Le métier de sociologue**. Paris: Mouton, 1968.
- CÂNEDO, L. B. Ritos, símbolos e alegorias no exercício profissional da política. In: **O Sufrágio Universal e a Invenção Democrática**. São Paulo, estação e Liberdade, p.477-506, 2005.
- CEFAÏ, Daniel (dir.) **L'Engagement Ethnographique**. Paris, EHESS, 2010.
- DUBAR, Claude. **Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo**. Artigo apresentado no Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia, em fevereiro de 2004.
- FRETEL, J. Habiter l'institution. *Habitus*, apprentissages et langages dans les institutions Partisanes. In: J. Lagroye, M. Offerlé (dir.), **Sociologie de l'institution**, 2011.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- _____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- GINSBURG, Faye. Quand les indigènes sont nos voisins. In: **L'Homme**, tome 32 n°121. *Anthropologie du proche*. pp. 129- 142, 1992.
- JORDÃO, Patrícia. **A Antropologia pós-moderna: uma nova concepção da etnografia e seus sujeitos**. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v.4, n.1, 2004.
- LANDÉ, C. H. Política de Grupo e Política Diádica: notas para uma teoria. In: SCHMIDT, S. W. et al (eds) **Friends, Followers and Factions**. Berkeley, University, 1977.
- LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos**. Ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro: EDITORA 34, 1994.
- _____. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia** / Bruno Latour; tradução Carlos Aurélio Mota de Souza. - Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- _____. **Reagregando o Social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia como prática e experiência**. In: revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.
- NAVARO-YASHIN, Yael. **Faces of the State: Secularism and Public Life in Turkey**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2002.

OLIVEIRA, Wilson J. F. de. **O antropólogo como um “espião”**: quando a observação participante põe em “risco” as fronteiras dos grupos estudados. In: Revista Pós Ciências Sociais, v.7, n.14, jul./dez de 2010.

_____. **Antropologia, Política e Etnografia: entre fronteiras disciplinares e problemas empíricos** (no prelo). In: PERISSINOTTO, R. M., CODATO, A. Metodologia do Estudo de Elites, 2013a.

_____. "A Arte de Resistir às Palavras": inserção social, engajamento político e militância múltipla. In: GRILL, I. G., SEIDL, E. **A Política como Objeto de Estudo das Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, FGV, p. 141-178, 2013b.

PALMEIRA, Moacir. Política, Facções e Voto. In: PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. **Antropologia, Voto e Representação Política** (orgs.). Rio de Janeiro: CONTRA-CAPA, 1996.

Péchu, Cécile. “Laissez parler les objets!”. De l’ objet des mouvements sociaux aux mouvements sociaux comme objets, dans **L’atelier du politiste. Théories, actions, représentations**, sous la direction de Pierre Favre, Olivier Fillieule et Fabien Jobard. La Découverte, pp.59-78, 2007.

WACQUANT, L. **Ethnografeast: A progress report on the practice and promise of ethnography**. Ethnography, 4, 5–14, 2003.